

**ATA**

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e doze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva - e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

**-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----****-----INTERVENÇÕES-----**

**1 – Vereador José Torcato Ribeiro** – Referindo uma notícia publicada recentemente onde era veiculado que o Município de Guimarães iria abandonar a Associação Quadrilátero Urbano, disse que, tratando-se de um equipamento com a importância com que se apresentou inicialmente, não se percebia a razão pela qual a oposição não teve conhecimento prévio dessa decisão. Referiu, a propósito, uma notícia publicada no “Jornal de Notícias”, no dia 2 de Julho de 2008, onde era mencionado que o Quadrilátero Urbano constituía uma derradeira oportunidade para a captação de investimentos para a região. Perguntou, então, se era ou não importante este equipamento para o Concelho e o que motivou esta decisão de sair da Associação. Por último, disse que esta atitude não engrandecia a democracia nem o órgão do qual faz parte. -----

**2 – Vereador José Manuel Antunes** – Na sequência da sua

intervenção na reunião de Câmara de 20 de dezembro último relativamente a uma questão de segurança rodoviária no cruzamento de Nespereira com Vizela, concretamente o facto de se encontrar desligada a iluminação pública, perguntou se já tinha sido promovida alguma diligência junto da Estradas de Portugal sobre esta preocupação. -----

**3 – Vereador André Coelho Lima** – Perguntou sobre o ponto de situação relativo à extinção dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento em Liquidação, na sequência da decisão tomada no final do ano de 2012 aquando da aprovação do respetivo Plano de Atividades e Orçamento para 2013. -----

**4 – Presidente da Câmara – a)** - Disse que o trabalho de extinção dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento em Liquidação será concluído em tempo oportuno e que, nessa altura, os dados serão remetidos a este órgão; **b)** – Sobre a segurança rodoviária disse que tomará em boa conta todas as observações e sugestões que aqui forem feitas, reconhecendo a existência de outros casos semelhantes ao referenciado; **c)** - Sobre a questão do Quadrilátero Urbano disse que, em tempo útil, iria submeter aos órgãos próprios uma proposta. -----

**5 - Vereadora Francisca Abreu** – Referiu a aprovação de uma candidatura da Cooperativa Oficina à Direção Geral das Artes que representa um financiamento de €400.000,00 anuais entre 2013 e 2016. -----

-----**INFORMAÇÕES**-----

O Presidente da Câmara exibiu um quadro oferecido pela Federação Portuguesa de Futebol, num gesto de simpatia pela forma como o Município acolheu em Guimarães a realização do jogo Portugal-Equador, na passada quarta-feira. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

**-----INFORMAÇÕES-----**

Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 30 de janeiro de 2013, que aprovou a conta final, bem como o auto final da obra designada por "Acesso e Estacionamento de Apoio à Escola EB 2,3 de Abação", nos valores, respetivamente, de €315.691,66 (trezentos e quinze mil seiscientos e noventa e um euros e sessenta e seis cêntimos) + IVA e de €16.703,69 (dezasseis mil setecentos e três euros e sessenta e nove cêntimos) + IVA. -----

**-----DELIBERAÇÕES-----**

**CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 24 DE JANEIRO DE 2013.** Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.  
**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**FREGUESIAS – DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DOS PROTOCOLOS CELEBRADOS COM AS JUNTAS DE FREGUESIA – COBRANÇA DA TARIFA DE RESÍDUOS** – Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Serviços Urbanos: "Em 20 de agosto de 2009 é publicado o decreto-lei 194/2009, de 20 de agosto, que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos. Assim, foi necessário efetuar uma série de alterações/adaptações no funcionamento do serviço, nomeadamente aos seus regulamentos, à estrutura tarifária, ao modelo de fatura e ao período de faturação. Desde então os serviços municipais têm vindo a efetuar inúmeras das alterações exigidas, desde da alteração da estrutura tarifária efetuada em 2012, da adaptação do regulamento de serviços, aprovado em Assembleia Municipal de 26 de novembro

de 2012, sendo agora necessário alterar, ainda, a faturação. Até à presente data a Câmara Municipal vem cobrando a tarifa de resíduos aos utilizadores sem abastecimento de água, com uma periodicidade trimestral, o que contraria o diploma acima evocado que, no seu artigo 67º, refere expressamente que a faturação dos serviços objecto do presente decreto-lei deve possuir periodicidade mensal, podendo ser disponibilizados ao utilizador mecanismos alternativos e opcionais de faturação, passíveis de serem por este considerados mais favoráveis e convenientes. A ERSAR emanou normas relativas à faturação, o que foi transposto para o regulamento entretanto aprovado, tais como: o prazo de pagamento da fatura não pode ser inferior a 20 dias a contar da sua data de emissão; o pagamento da fatura para além da data limite permite a cobrança de juros de mora à taxa legal em vigor; que o direito ao recebimento do serviço prestado prescreve no prazo de seis meses após a sua prestação; que a segunda fatura emitida, caso exista valor em dívida pode englobar esse valor mais juros à taxa legal; que a falta de pagamento da fatura deve ser cobrada de forma coerciva; Neste contexto, os serviços municipais têm necessidade de efetuar alteração da faturação a todos os utilizadores, de trimestral para mensal o que implica mudanças nas formas de processamento, pagamento e controlo de faturação, uma vez que os períodos de tempo entre estas três etapas são significativamente reduzidos relativamente aos que atualmente existem, sendo por isso necessário simplificar e agilizar todo o processo implementado. Presentemente, os utilizadores podem efetuar o pagamento da fatura emitida trimestralmente por multibanco, payshop, na Junta de Freguesia, vale do correio, cheque, débito direto ou na tesouraria do Município. Todas estas formas de pagamento são de controlo expedito, com a exceção da



possibilidade de pagamento nas Juntas de Freguesia. Na verdade, o procedimento atualmente instalado nas Juntas de Freguesia implica um atraso significativo na recolha da receita porque estas, por norma, aguardam que decorram cerca de 15 dias após a data limite de pagamento, para entregarem a relação dos utilizadores que efetuaram o pagamento por esta forma, para posteriormente os serviços municipais apurarem o valor correspondente e emitirem uma guia global para finalmente se concretizar o pagamento. Por este serviço e ao abrigo dos protocolos estabelecido em março de 2010 com as Juntas de Freguesia estas arrecadam 10% da receita obtida, como forma de compensação pelo trabalho realizado. Todo o processo acima descrito é incompatível com os novos prazos que se pretende implementar em cumprimento do supra referido diploma legal, uma vez que os serviços não conseguem, em tempo útil, apurar quais os utilizadores devedores para incluir na nova fatura o valor em dívida, bem como o fato de a fatura passar a ser mensal não se coaduna com os tempos de espera que as Juntas de Freguesia atualmente praticam. De todo o exposto resulta, também, que o processo de pagamento nas Juntas de Freguesia discrimina, favoravelmente, estes utilizadores, em relação aos restantes utilizadores, nomeadamente aos que pagam esta tarifa através da VIMÁGUA (através de faturas mensais), uma vez que permite que sejam ultrapassados sistematicamente os prazos de pagamento, não sendo por isso possível apurar o verdadeiro valor dos juros de mora. Acresce ainda que com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 198/2012, de 24 de Agosto que procede à criação de medidas de controlo da emissão de faturas e outros documentos com relevância fiscal o município é obrigado a comunicar à Autoridade Tributária a Aduaneira (AT), até ao dia 8 do mês seguinte ao da

emissão da fatura os elementos das faturas emitidas nos termos do Código do IVA. Assim, e face ao acima exposto colocamos à consideração superior a declaração de caducidade dos Protocolos celebrados com as Juntas de Freguesia, ao abrigo da cláusula 7ª, considerando que, por causa não imputável a qualquer uma das partes, mas sim por imposição legal, a execução do objeto daqueles Protocolos se tornou impossível, designadamente por não ser viável o cumprimento dos prazos legais. Mais se propõe que esta decisão seja tomada com efeitos às faturas emitidas a partir de 1 de fevereiro de 2013, de forma a dar início à vigência do Regulamento Municipal aprovado nesta matéria e ao ciclo de faturação mensal correspondente.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**FREGUESIAS - PLANO DE TRANSFERÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS - CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO 2013 –**

Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “Em cumprimento da alínea b) do nº 6 do art.º 64º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal de Guimarães votaram nos seus documentos previsionais para o ano de 2013, nomeadamente Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos, uma verba de 455.218,00€ a distribuir proporcionalmente, de acordo com os indicadores das transferências do Estado, pelas sessenta e nove freguesias do concelho. Os valores a transferir para cada freguesia estão descritos no mapa de “Plano de Transferências para as Freguesias”, anexo ao Plano e Orçamento para o ano de 2012. Pretende-se disponibilizar meios às freguesias para, em consonância com a Câmara Municipal, executarem tarefas na área geográfica do seu território, nomeadamente para a realização das



pequenas obras de conservação e reparação em edifícios escolares, na rede viária concelhia, garantindo as condições necessárias à prevenção e segurança rodoviária, bem como as condições necessárias à segurança das crianças do ensino básico, através da reparação e manutenção dos equipamentos escolares, ou seja, sem estas verbas as Juntas de Freguesia não podem executar, com prontidão, a reparação das vias, proceder à constante manutenção das mesmas, e ainda manter os equipamentos escolares de ensino básico em condições seguras de utilização pelas crianças, de forma a evitar potenciais acidentes rodoviários e pessoais. A afetação das transferências agora proposta, associadas a essas responsabilidades, justifica-se pela proximidade das Juntas de Freguesias com a realidade local, tornando mais célere e eficaz, a resolução de problemas de pequena dimensão que, por si só, não justificam a intervenção de uma estrutura centralizada. Os valores serão pagos até ao final do ano em curso e mediante a correspondente verificação da sua execução, pelos serviços técnicos da Câmara Municipal. Assim, submete-se à aprovação do executivo camarário a transferência dos valores descritos no "Plano de Transferências para as Freguesias", em anexo, num total de 455.218,00€." O plano de transferências dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS - SEGURO MULTIRISCOS DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS E RESPETIVOS CONTEÚDOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO** – Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Património Municipal: "**1. Objeto:** Aquisição de serviços de seguro multirriscos para 16 (dezasseis) edifícios

municipais e respetivos conteúdos. **2. Considerandos:** O Município é proprietário de um conjunto de prédios urbanos, a maioria recentemente adquiridos e reconstruídos no âmbito da Capital Europeia da Cultura "GUIMARÃES 2012" e para requalificação da zona de Couros "CAMPURBIS"; Esses prédios, abaixo melhor identificados, foram na sua totalidade objeto de avultados investimentos, quer a nível de aquisição, quer a nível de obras de remodelação e de reedificação, quer no seu apetrechamento; Importa salvaguardar os riscos a que tais bens estão sujeitos, nomeadamente, incêndio, circunstâncias adversas inerentes a fenómenos climatéricos, furto ou roubo, riscos elétricos, danos à propriedade, atos de vandalismo, entre outros; Alguns desses imóveis encontram-se atualmente cobertos pela apólice de seguro multirriscos nº 201350243 da Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A., em vigor até ao próximo dia 8 de fevereiro de 2013; A fim de evitar despesas administrativas, entende-se aglutinar num único procedimento concursal todos os bens a segurar; Embora não seja obrigatória a contratação de seguro, conforme recomendação da Inspeção Geral de Finanças a cobertura de riscos através de seguros é uma gestão prudente, que visa a salvaguarda do património municipal; Estão em causa importantes investimentos patrimoniais que urge acautelar e evitar a sobrecarga financeira que o Município terá de suportar em caso de sinistros inesperados e inevitáveis; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior a contratação de um seguro multirriscos, com as coberturas constantes do Caderno de Encargos que se anexa, para 16 (dezassex) edifícios, conteúdos e capitais identificados no quadro seguinte: -----





Descrição/Localização	Artigo Matricial	Ano de re/construção	Valor a Segurar (Edifício)	Valor a Segurar (Conteúdos)		
				Equipamento informático, elétrico e eletrónico	Mobiliário	
<b>Laboratório da Paisagem</b> – Rua da Ponte Romana, Creixomil 4835 - 095 Guimarães	3520	2012	€981.434,22	€216.298,98	€99.604,34	
<b>Casa dos Artistas</b> – Rua da Rainha, nºs 124/130 e 132/134, 4800–431 Guimarães	1624 1625	1937 (matriz)	€650.000,00	-----	-----	
<b>Casa da Memória</b> – Av. Conde de Margaride, n.º 548 - 4810 - 537 Guimarães	1046	2012	€1.640.677,48	€609.679,93	€5.051,18	
<b>Extensão do Museu Alberto Sampaio</b> – Praça de S. Tiago, nº 34, 4800 – 445 Guimarães	486	2012	€1.465.000,00	€300.000,00	€15.000,00	
<b>Plataforma das Artes</b> – Avª Conde de Margaride 4810 – 535 Guimarães	1044	2012	€11.000.000,00	€2.500.000,00	€650.000,00	
<b>Complexo Multifuncional de Couros</b> Largo do Cidade e Rua de Vila Verde, 4810 – 430 Guimarães	<b>Cibercentro</b>	896	€1.383.545,80	€37.852,60	€625,57	
	GAE – Gabinete de Apoio ao Emigrante			€1.310,21	€2.122,20	
	CLAII – Centro Local de Apoio à Integração do Emigrante			€394,80	€2.576,52	
	<b>Fraterna</b> – Centro de Solidariedade Social e Centro de Juventude	486 488	2003	€3.986.723,46	€186.680,00	€60.112,83
	<b>Pousada de Juventude</b>	422 423	2003	€2.302.663,80	-----	-----
<b>Teatro Jordão</b> – Av. D. Afonso Henriques	2633	1951	€2.250.000,00	-----	-----	
<b>Instituto de Design (antiga Fábrica de Curtumes da Ramada)</b> Rua da Ramada, nºs 52, 54, 58, 60, 64, 66 e 68	901	2011	€2.875.216,95	€199.160,91	-----	
<b>Centro Ciência Viva (Antiga Fábrica de Curtumes Ancora)</b> Rua da Ramada	933	2010	€1.149.793,39	€815.054,73	€26.123,69	
<b>Centro Avançado de Formação Pós Graduada</b>	870 928	2011/2012	€2.478.346,82	€246.198,91	€20.740,37	
<b>Complexo de Piscinas Municipais de Moreira de Cónegos</b> – Av. de Santa Marta. 4815–255 Guimarães	2555	2012	1.518.733,71	€369.887,82	-----	
<b>Pavilhão Gimnodesportivo de Fermentões</b> – Rua de Lemos, Fermentões 4800–137 Guimarães	2523	2012	€1.196.140,08	€169.311,89	€7.786,62	
Pavilhão INATEL – Av. S. Gonçalo, 4810–525 Guimarães			€397.163,68	€3.244,23	€11.166,14	
<b>Antiga Estação Caminhos de Ferro</b> Av. D. João IV 4810 – 534 Guimarães	Loja PONTO JÁ	2006	€219.306,78	€5.460,45	-----	
	Espaço SAÚDE JOVEM			€5.399,55	€29.268,91	
<b>Total por edifício e conteúdos</b>			<b>€35.494.746,17</b>	<b>€4.846.325,84</b>	<b>€930.178,37</b>	
<b>TOTAL GERAL - €41.271.250,38</b>						

De referir que os capitais que se propõe segurar, relativamente aos edifícios, foram apurados com base no valor de cada empreitada, e no custo de aquisição dos imóveis que não sofreram quaisquer obras. Os capitais referentes aos conteúdos foram determinados em função do cadastro informático do imobilizado. Nos termos do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, deverá ser submetido à aprovação da Câmara Municipal a celebração do contrato de aquisição de serviços, em apreço, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a aquisição de serviços de seguro multirriscos para 16 (dezasseis) edifícios municipais e respetivos conteúdos. b) A duração do contrato é de 11 meses, com início na data da adjudicação e termo em 31 de dezembro de 2013; c) A despesa estima-se em €30.000,00 (trinta mil euros) isenta de IVA nos termos do artigo 9º do Código do IVA; d) A esta despesa corresponde a declaração de cabimento nº 307/2013; e) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante Ajuste Direto, ao abrigo da alínea a), do nº 1 do artigo 20º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos; f) Não se aplica a redução remuneratória a que se refere o artigo 75º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, por inexistência de valores de referência de anos anteriores relativamente aos imóveis e capitais a segurar. Em caso de aceitação superior e considerando que o prazo dos bens seguros expira no dia 8 de fevereiro, como acima referido, e que é urgente segurar os restantes imóveis, deverá ser emitido despacho que autorize a abertura do procedimento concursal supra mencionado, submetendo-se o assunto a ratificação na próxima reunião de Câmara, nos termos do nº 3 do artigo 68º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro,



alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – DESOBSTRUÇÃO E LIMPEZA DE LINHAS DE ÁGUA EM AGLOMERADOS URBANOS** - Presente a seguinte informação dos

Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “**1.**

**Objeto:** O objeto do contrato de prestação de serviços é a desobstrução e limpeza de linhas de água em aglomerado urbano, conforme previsto no art.º12 do Decreto-Lei n.º 314/2003, de 17 de Setembro e o Regulamento 1774/2002 CE. **2. Considerando:** Que, de acordo com o art.º12 do Decreto-Lei n.º 314/2003, é obrigação da Câmara Municipal proceder à desobstrução e limpeza em aglomerado urbano, nos termos previstos no Regulamento 1774/2002 CE. Que a execução das tarefas associadas ao serviço que se pretende contratar requererem conhecimentos, formação especializados e experiência nesta área, bem como equipamentos especiais para a desobstrução de linhas de água, de que a Câmara Municipal não dispõe. Não pode, assim, na autarquia recorrer a nenhum trabalhador do quadro para fazer este serviço, tendo, obrigatoriamente que contratar o serviço a uma empresa. Trata-se, pois, da realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, e dos n.ºs 4 e 10 do art.º 75.º da Lei da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (LOE 2013) a Câmara Municipal autorize a celebração de um contrato de prestação de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do

contrato é a prestação de serviços de desobstrução e limpeza de linhas de água em aglomerado urbano, conforme previsto no art.º12 do Decreto-Lei n.º 314/2003 de 17 de Setembro e Regulamento 1774/2002 CE. b) A despesa estima-se em €40.000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental no 05.02.02.02. correspondente ao ano de 2013. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto, conforme alínea a) do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos. e) Finalmente, informa-se que será respeitada a redução remuneratória prevista no art.º 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, se aplicável". **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – DESRATIZAÇÃO E DESINFESTAÇÃO NO CONCELHO** - Presente

a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: "**1. Objeto:** O objeto do contrato de prestação de serviços é a desratização e desinfestação no concelho de Guimarães, conforme previsto no art.º12 do Decreto-Lei n.º 314/2003, de 17 de Setembro e o Regulamento 1774/2002 CE. **2. Considerando:** Que, de acordo com a alínea c) do artigo 26º da lei 159/99, de 14 de setembro é da competência dos órgãos municipais o planeamento, a gestão de equipamentos e a realização de investimentos nos seguintes domínios: sistemas municipais de limpeza pública (limpeza essa que compreende a desinfestação manutenção dos equipamentos de depósito de resíduos, e de outros espaços públicos. Edifícios Municipais e Escolas). Que, neste contexto, o Município de Guimarães promove periodicamente campanhas de controlo de pragas, nomeadamente de controlo de ratos e baratas, na via pública e em pontos críticos,



condutas de águas pluviais e de saneamento, nas escolas e edifícios públicos e no Mercado Municipal. Que, de acordo com o regulamento (CE) nº 852/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho de 29 de abril de 2004 – que estabelece que todas as fases da produção, transformação, armazenamento e distribuição, os alimentos devem ser protegidos de qualquer contaminação que os possa tornar impróprios para consumo humano, perigosos para a saúde ou contaminados de tal forma que não seja razoável esperar que sejam consumidos nesses estados. Assim, devem ser instituídos procedimentos adequados para controlar os parasitas/pragas – como exemplo temos o Mercado Municipal. Que, também o Programa Nacional de Saúde Escolar nº12/DSE de 29/11/06 obriga a existência de um programa de desinfestação periódica nos estabelecimentos de ensino. Que a execução das tarefas associadas ao serviço que se pretende contratar requerer conhecimentos, formação especializados e experiência nesta área, bem como equipamentos especiais para proceder à sua execução, de que a Câmara Municipal não dispõe. Não pode, assim, a autarquia recorrer a nenhum trabalhador do quadro para fazer este serviço, tendo, obrigatoriamente que contratar o serviço a uma empresa. Trata-se, pois, da realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, e dos n.ºs 4 e 10 do art.º 75.º da Lei da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (LOE 2013) a Câmara Municipal autorize a celebração de um contrato de prestação de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a prestação de serviços de desratização e

desinfestação, conforme previsto no art.º12 do Decreto-Lei n.º 314/2003 de 17 de Setembro e Regulamento 1774/2002 CE. b) A despesa estima-se em €55.000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental no 05.02.02.02. correspondente ao ano de 2013. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto, conforme alínea a) do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos. e) Finalmente, informa-se que será respeitada a redução remuneratória prevista no art.º 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, se aplicável.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**RECURSOS HUMANOS – CONCURSOS PARA CARGOS DIRIGENTES - DESIGNAÇÃO DE MEMBROS DE JÚRIS –**

Presente a seguinte proposta: “Com a entrada em vigor, a 1 de janeiro último, da nova estrutura orgânica dos serviços do Município de Guimarães, produziram-se alterações em algumas unidades orgânicas, quer nucleares, quer flexíveis, que conduziram à cessação das comissões de serviço de alguns dirigentes e a novas designações em regime de substituição, que apenas perduram no prazo de 90 dias, salvo se entretanto estiver em curso procedimento para a designação de novo titular. Verificando-se a necessidade de assegurar a gestão e coordenação das unidades orgânicas, é essencial proceder à abertura dos correspondentes procedimentos concursais. Nos termos do disposto no artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a designação do júri de recrutamento é, na administração local, da competência da assembleia municipal, devendo ser composto por um presidente e dois vogais. Aliando os requisitos legalmente definidos, que reforçam a componente de experiência prática, com a componente teórica e de estudo do meio académico



universitário, mas em estreita ligação com as autarquias, que vem sendo utilizada nos concursos para cargos dirigentes até agora abertos neste município e que se vem revelando profícua, propõe-se seja submetida a aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no referido artigo 13.º da Lei n.º 49/2012: Que, nos concursos para os cargos de diretor do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, chefe da Divisão de Planeamento Urbanístico, chefe da Divisão de Obras Particulares, diretor do Departamento de Administração Geral, chefe da Divisão de Modernização Administrativa e da Qualidade, diretor do Departamento de Educação, Cultura, Biblioteca e Arquivo e chefe da Divisão de Recursos Humanos, sejam designados como membros dos respetivos júris: Presidente: Dr. José Augusto Ferreira Araújo, Vereador de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Guimarães. Vogais efetivos: Professora Maria José Silva Fernandes, docente do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, e Professor Paulo Jorge Sousa Cruz, docente na Universidade do Minho. Vogais suplentes: Dr. Bruno Emanuel Gomes Mesquita Carvalho, adjunto na Câmara Municipal de Guimarães e Eng.º Joaquim Josias Silva Almeida Antunes Carvalho, diretor do Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal de Guimarães.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. O Vereador José Augusto Araújo não participou na discussão e na votação da proposta.** -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS - CASFIG, EEM – RELATÓRIO DE GESTÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO ANO DE 2012 –**

Presente um ofício da CASFIG,EEM remetendo, para aprovação do executivo camarário, o Relatório de Gestão Económica e Financeira do Ano de 2012, aprovado pelo Conselho de

Administração em sua reunião extraordinária realizada no passado dia 31 de janeiro, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS – CASFIG, EEM – NOVO REGIME JURÍDICO DO SETOR EMPRESARIAL LOCAL (SEL) E DAS PARTICIPAÇÕES LOCAIS, LEI N.º 50/2012 DE 31 DE AGOSTO – CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS PELO Art.º 62.º (ESTUDO ECONÓMICO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DO CÁVADO E DO AVE – IPCA) – ADAPTAÇÃO DOS ESTATUTOS AO NOVO REGIME JURÍDICO E NOMEAÇÃO DO FISCAL ÚNICO** – Presente um ofício da CASFIG, EEM

remetendo, para aprovação do executivo camarário, para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, a proposta de adaptação dos Estatutos ao novo regime jurídico da atividade empresarial local (Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto), aprovada pelo respetivo Conselho de Administração em sua reunião extraordinária de 31 de janeiro de 2013. Mais é proposto que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de designação do Fiscal Único, aprovada na mesma reunião do Conselho de Administração, nomeando, para o efeito, “Santos Carvalho & Associados, SROC”, pelo preço anual de €2.150,00 (dois mil cento e cinquenta euros). **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**ATIVIDADES ECONÓMICAS – HASTA PÚBLICA PARA A ADJUDICAÇÃO DO DIREITO DE USO PRIVATIVO DE QUATRO QUIOSQUES** – Presente a seguinte informação da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: “Considerando a disponibilidade de locais para a exploração de atividade em





quiosques nas seguintes freguesias: a. Guimarães (S. Paio) - Equipamento de mobiliário urbano localizado na Praça Heróis da Fundação, com a área de 10m<sup>2</sup>; b. Guimarães (Oliveira do Castelo) - Equipamento de mobiliário urbano localizado na Rua Almirante Sousa Ventura, com a área de 10m<sup>2</sup>; c. Fermentões - Equipamento de mobiliário urbano localizado na Rua João Paulo II, com a área de 10m<sup>2</sup>; d. Barco - Espaço destinado à construção/montagem de quiosque no parque de lazer, com a área de implantação até 10 m<sup>2</sup>. Considerando o interesse manifestado por alguns munícipes junto dos serviços na sua exploração; Considerando, ainda, a criação de alguns postos de trabalho decorrentes da entrada em funcionamento dos referidos quiosques; Propõe-se a realização de uma hasta pública para a adjudicação do direito de uso privativo de quatro quiosques, no próximo dia 28 de Fevereiro, pelas 10h00, no Salão Nobre da Câmara Municipal, submetendo-se à aprovação do Executivo Camarário o respectivo Regulamento, anexo à presente proposta. Propõe-se ainda, para constituição da Comissão que irá acompanhar a realização deste ato os seguintes elementos: Presidente da Comissão: Miguel Sousa Pires Almeida Frazão – Diretor do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente; 1.º Vogal: Rui Miguel Lino Castro – Chefe da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas; 2.º Vogal: Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida – Chefe da Divisão Administrativa.” O regulamento da hasta pública dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO – RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 18 DE OUTUBRO DE 2012, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA DELIBERAÇÃO DE 29 DE NOVEMBRO**

**DE 2012 - AÇÃO SOCIAL ESCOLAR** – Presente a seguinte informação da Divisão de Educação: “Como é de conhecimento superior, no âmbito do quadro de competências e atribuições na área da Educação, e conforme o disposto na alínea d), do ponto 3, do artigo 19º, da Lei nº159/99, de 14 de Setembro, a Autarquia procedeu, em devido tempo, à atribuição de apoios no domínio da Ação Social Escolar aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, para o ano letivo de 2012/13 (deliberações de Câmara de 12/10/18 e de 12/11/29). Atendendo a que recentemente foi remetido pelo Agrupamento de Escolas Virgínia Moura um novo pedido de atribuição de apoios, dado que um encarregado de educação apresentou, a 16 de novembro último, junto dos serviços de secretaria o documento comprovativo do seu posicionamento no 2º escalão do abono de família, e considerando que: a) as diretrizes no Ministério de Educação vão no sentido de que em qualquer altura do ano letivo possam ser revistos ou aceites novos processos, face aos comprovativos de alteração da situação socioeconómica do agregado familiar; b) e que, em resultado da aplicação dessas diretrizes, a verba atribuída àquele Agrupamento de Escolas deverá ser reforçada, propõe-se a retificação da deliberação de Câmara de 18 de outubro de 2012, com as alterações introduzidas pela deliberação de 29 de novembro de 2012, e a atribuição de €19,80, conforme mapa em anexo. À consideração superior.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO – JARDIM DE INFÂNCIA DE GONÇA - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “O Agrupamento de Escolas do Vale S. Torcato solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efetuar o



transporte dos alunos do Jardim de Infância de Gonça, no dia 16 de Maio, ao Centro Cultural Vila Flor. Assim, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do artigo 64 da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterado e republicado pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, por despacho a 23 de Janeiro de 2013, propõe-se o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se para deliberação o respectivo pedido de apoio.” **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ABAÇÃO - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “O

Agrupamento Vertical de Escolas de Abação solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos alunos, nos dias 20 e 21 de Fevereiro ao Centro Histórico. Considerando que se trata da realização de uma visita de estudo de relevante interesse pedagógico, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho a 17 de Janeiro de 2013 propõe-se o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à próxima reunião de Câmara o apoio solicitado para deliberação.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO - JANEIRO DE 2013** – Presente a seguinte informação da Chefe de

Divisão de Ação Social: “Por deliberação de 20 de dezembro de 2012 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito d alínea a)

do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa anexo”. O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

**AÇÃO SOCIAL – REALOJAMENTO EM DUAS HABITAÇÕES VAGAS POR MOTIVO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO E DESISTÊNCIA DE REALOJAMENTO. REALOJAMENTO CONVENCIONAL DE UM AGREGADO FAMILIAR E REALOJAMENTO DE DOIS AGREGADOS FAMILIARES UNITÁRIOS EM RESIDÊNCIA PARTILHADA. TRANSFERÊNCIA DE DUAS FAMÍLIAS RESIDENTES PARA TIPOLOGIA ADEQUADA** – Presente um ofício da CASFIG, EEM

remetendo, para aprovação do executivo camarário, uma proposta de realojamento em duas habitações vagas por motivo de rescisão do contrato de arrendamento e desistência de realojamento, realojamento convencional de um agregado familiar e realojamento de dois agregados familiares unitários em residência partilhada e transferência de duas famílias residentes para tipologia adequada, aprovada pelo Conselho de Administração em sua reunião ordinária realizada no passado dia 30 de janeiro, de acordo com a informação prestada pela equipa técnica de ação social, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A ESTABELECE COM A FRATERNA - CENTRO COMUNITÁRIO DE SOLIDARIEDADE E INTEGRAÇÃO SOCIAL, CIPRL** – Presente a seguinte proposta: “Considerando: Que o Município



Guimarães em parceria com a Fraterna – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social, C.I.P.R.L., tem vindo a assumir a responsabilidade de conceber um conjunto de programas de inclusão social vocacionados para fomentar a qualidade de vida da população; Que a definição de uma política social coerente confere eficácia à ação municipal, e que esta é a melhor forma de atingir resultados consistentes; Que a gestão dos equipamentos municipais deve obedecer a uma visão integrada e coordenada como forma de assegurar a coerência das políticas do Município e a plena rentabilização dos recursos de que dispõe; Que a Fraterna já dispõe de recursos especializados e experientes que podem e devem continuar a ser mobilizados para a gestão destes equipamentos; Que a prossecução dos objetivos que presidiram à implementação de programas de intervenção social como o Contrato Local de Ação Social (CLDS) e o Programa Escolhas impõem a criação de condições que viabilizem e assegurem a sua execução; Que a Fraterna tem desenvolvido um conjunto de serviços, atividades e programas no domínio da ação social dirigido à população vulnerável do concelho, com papel de relevo e amplamente reconhecido pelos seus utentes; Que, em parceria com diversas entidades do concelho, a Fraterna tem gerido o Banco Social, através do qual são concedidos apoios materiais e alimentos a famílias carenciadas. Que, por integrar instituições e individualidades do concelho, a cooperativa Fraterna garante, para além da intervenção da Autarquia, uma gestão participada e partilhada com outros atores que importa implicar na gestão dos equipamentos e atividades identificados; Que os projetos de desenvolvimento e intervenção comunitária em curso nos Bairros da Atouguia e Gondar continuam a ser práticas bem sucedidas, procurando disponibilizar um conjunto de apoios e ações que

concorrem para uma crescente integração social e profissional dos agregados ali residentes. Que a cooperação interinstitucional é uma forma privilegiada de atuação para a gestão integrada de recursos humanos e materiais e para o enriquecimento recíproco através da troca de experiências e partilha de conhecimentos, propõe-se, nos termos da alínea b) do nº4, do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que reclama uma contratação objectiva que determine as obrigações a assumir pelas partes, tal como o disposto no artigo 67º da mesma Lei, a aprovação em minuta e posterior celebração do protocolo anexo mediante o qual a Câmara Municipal transfere para a Fraterna, durante o ano de 2013 o direito do uso e exploração do imóvel propriedade do Município que está sob gestão atual da cooperativa (designadamente o Complexo Multifuncional de Couros), e financia as atividades a desenvolver no mesmo ano, com o montante de 550.000,00 euros (quinhentos e cinquenta mil euros), de acordo com o previsto no Plano de Atividades e Orçamento para este ano de 2013.” A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido em virtude de pertencer aos órgãos sociais da Cooperativa.**-----

**AÇÃO SOCIAL - CASFIG, EEM - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –**  
Presente a seguinte proposta: “A CASFIG – Entidade Empresarial Municipal solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para os dias 18 de Março a 20 Março, para efetuar o transporte das crianças e jovens residentes nos empreendimentos da habitação social pertencentes ao município



de Guimarães. Assim, considerando os objectivos prosseguidos pela empresa municipal e os apoios concedidos em várias atividades, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho de 17 de janeiro de 2013 foi proposto o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à reunião de Câmara o pedido solicitado para deliberação.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

**DIVERSOS – WORKSHOP – PARCERIA COM VORTALGOV –**

Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 22 de janeiro de 2013, que concordou com a seguinte informação da Chefe de Divisão de Modernização Administrativa e Qualidade: “Em cumprimento do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e suas posteriores alterações, o Município de Guimarães adotou uma plataforma electrónica, denominada VORTALGov, tendo em vista a necessária desmaterialização do procedimento de contratação pública imposta pelo citado diploma legal. Recentemente, porém, aquela plataforma foi descontinuada e lançada uma nova plataforma – VORTAL-Next – e a respetiva empresa gestora, VORTAL – COMÉRCIO ELETRONICO, CONSULTADORIA E MULTIMEDIA, SA, entendeu pertinente realizar vários Workshops com o objetivo de dar a conhecer as novas funcionalidades daquela aplicação. Tais workshops têm como principais destinatários os eventuais fornecedores das entidades públicas, dotando-os dos conhecimentos que lhes permitam a adequada utilização da plataforma contribuindo, desta forma, para assegurar o cumprimento dos princípios gerais da contratação pública, em particular, o direito de concorrência. Ora, tendo em conta que o Município de Guimarães foi pioneiro na adoção desta plataforma

electrónica de compras públicas, a VORTAL pretende que um destes workshops se realize em Guimarães, no dia 22 de janeiro de 2013. Neste sentido, solicitou a colaboração do Município mediante a cedência de um espaço para o efeito, bem como da divulgação da realização daquele evento. Nesta conformidade e considerando que a realização desta ação formativa/informativa reveste-se de interesse para o Município de Guimarães, porquanto a correta utilização da plataforma por parte dos eventuais adjudicatários contribui, certamente, para a maior eficiência do procedimento concursal e para a certeza jurídica dos contratos, parece-nos ter todo o interesse que o Município colabore com esta iniciativa, assumindo-se como parceiro na realização do mencionado workshop. Assim, propõe-se que se diligencie no sentido de que: 1. Seja disponibilizado o pequeno auditório do Centro Cultural Vila flor, tendo em atenção o número previsível de participantes; 2. Se divulgue a realização deste workshop na página electrónica do Município; 3. Se remetam, por e-mail, convites aos fornecedores do município já inscritos na VortalGov. Atendendo à data prevista para a realização do evento, e uma vez que já não é possível submeter o assunto previamente ao órgão executivo, propõe-se que, merecendo aprovação do Sr. Presidente, o correspondente despacho seja ratificado nos termos do n.º 3, do art.º 68.º, da Lei 169/99, de 18 de setembro. À consideração superior." **DELIBERADO RATIFICAR POR**

**UNANIMIDADE.** -----

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA.** -----

**PELAS DEZ HORAS E TRINTA E CINCO MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A**





CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

ACTA Nº 3 Fls. \_\_\_\_\_

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 7 DE FEVEREIRO DE 2013

**PRESENTE ATA.** -----